

O PRINCÍPIO DA DESCRENÇA E OS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE

THE DISBELIEF PRINCIPLE AND THE CHALLENGES OF CONTEMPORANEITY
EL PRINCIPIO DE LA DESCREENCIA Y LOS DESAFÍOS DE LA CONTEMPORANEIDAD

Márcio Alves

RESUMO. Crenças, dogmatismos, ideologias estão presentes nas diversas formas de pensamento. A noção abrangente de crença perpassa todas as demais, despertando o interesse por seu estudo, dada a sua influência sobre as ações humanas, com vistas ao entendimento dos confrontos políticos e religiosos que marcaram a cena mundial desde o século passado e se faz presente ainda hoje. Na atualidade, essas noções são associadas não somente à religião e à política, mas também à ciência, não obstante os procedimentos de justificação por ela utilizados. Compreender o processo de constituição da crença e combater a sua tendência a transformar-se em dogma ou certeza absoluta, a serviço do poder de pessoas ou de grupos, é condição para o avanço da democracia e expansão da liberdade. Nessa perspectiva, a autopesquisa conscienciológica, conduzida a partir do princípio da descrença, é apresentada como abordagem capaz de contribuir para a compreensão do fenômeno da crença, bem como gerar a autoconvicção vivenciada, apoiada na autoexperimentação e autocrítica, necessária às realizações de projetos pessoais e coletivos, e a abertura a novas verpons (verdades relativas de ponta) resultantes da expansão da autoconsciencialidade.

Palavras-chave: autopesquisa; ciência; pensene; política; princípio da descrença; religião.

ABSTRACT. Beliefs, dogmas and ideologies are present in various forms of thought. A comprehensive understanding of belief permeates all the others, and due to its influence on human actions interest is aroused in its study with a particular view to understanding the political and religious clashes that marked the world stage since the last century until the present day. In reality these notions are not only associated with religion and politics, but also with science, notwithstanding the procedures of justification employed by science. Understanding the process of belief formation and combatting the tendency to turn it into dogma or an absolute certainty, a way for people or groups to exercise power, is a condition for the advancement of democracy and the expansion of freedom. From this perspective, conscientiological self-research, based on the disbelief principle, is presented as an approach that can contribute to an understanding of the phenomenon of belief. In addition it generates self-conviction based on experience, and supported by the self-criticism and self-experimentation necessary to realize personal and collective projects, and an openness to the new leading edge relative truths that result from the expansion of self-conscienciality.

Keywords: self-research; science; thosene; politics; Disbelief Principle; religion.

RESUMEN. Creencias, dogmatismos, e ideologías están presentes en las diversas formas de pensamiento. La noción que abarcan las creencias, impregna a todas las demás despertando el interés por su estudio, dada su influencia sobre las acciones humanas con vistas al entendimiento de la confrontación política y religiosa, que marcaron la escena mundial desde el siglo pasado y se hace presente aún hoy en día. En la actualidad, esas nociones son asociadas, no solamente a la religión y a la política, sino también a la ciencia, aún con los procedimientos de comprobación utilizados por ésta. Comprender el proceso de constitución de la creencia y combatir su tendencia a la transformación en dogma o convicción absoluta, al servicio del poder de personas o de grupos, es la condición para el avance de la democracia y la expansión de la libertad. En esa perspectiva, la autoinvestigación concienciológica, conducida a partir del principio de la descreencia, se presenta como un abordaje capaz de contribuir para la comprensión del fenómeno de la creencia, así como generar la autoconvicción vivenciada, apoyada en la autoexperimentación y autocrítica necesarias a las realizaciones de los proyectos personales y colectivos, y la apertura a nuevas verpons (verdades relativas de punta) resultantes de la expansión de la autoconciencialidad.

Palabras-llave: autopesquisa; ciencia; pensene; política; Principio de la Descreencia; religión.

INTRODUÇÃO

Investigar o papel desempenhado pela crença nas ações humanas, a relação entre crença e conhecimento e os fatores responsáveis por sua formação ou aquisição, constitui tarefa importante para a compreensão do belicismo em qualquer área de manifestação humana e dos posicionamentos das pessoas diante da vida com reflexos sobre a organização da sociedade.

Na modernidade, a ciência surge como atividade produtora de conhecimento fundamentado no método experimental, distinta da religião, na medida em que esta última é caracterizada por crenças e dogmas, em nome dos quais, durante a Inquisição, foram cometidos violências, perseguições e crimes contra todos aqueles que os questionassem. Opondo-se a essa atitude, o conhecimento científico é desenvolvido por meio de hipóteses, teorias e previsões passíveis de testes através da experimentação, sendo o questionamento parte integrante de sua dinâmica. À ciência caberia descrever a realidade, explicar os fenômenos e prevê-los por meio de proposições passíveis de serem validadas através de testes.

No âmbito da política e da economia, a modernidade trouxe novas instituições representadas, respectivamente, pela democracia liberal e pelo mercado, então ampliado e consolidado pelas novas relações de produção resultantes das transformações sociais que acompanharam a emergência do capitalismo.

Os princípios subjacentes a essa nova ordem social apontavam para uma sociedade onde os valores predominantes seriam a racionalidade, a cidadania, o progresso, o livre pensamento, a tolerância e a criação de riquezas dinamizada

pelas novas relações de trabalho. Os fatos mostraram, todavia, que muito se tem por fazer para a realização desses ideais, não obstante os avanços relativos à liberdade, como também ao progresso material, fruto da expansão do mercado e força motriz dessa nova ordem social.

Acompanhando o desenvolvimento do capitalismo, confrontos de diferentes proporções surgiram entre grupos sociais em função de interesses distintos de natureza política, econômica ou religiosa, como também entre nações, cujas causas remetem à noção de crença.

A crença, em si, é um fenômeno subjetivo, experiência privada cujo acesso direto é possível ao próprio indivíduo que crê em algo, mas que ao expressá-lo o faz em linguagem pública. A conjugação desses dois aspectos da crença traduz-se numa especial atitude proposicional, por exemplo: fulano **crê** que **o cérebro produz a consciência**.

O princípio da descrença implica em não acreditar em nenhuma proposição, não importa quem a transmita, sendo “inteligente fazer as pesquisas pessoais, repetidas e autocríticas sobre os temas sob análise” (VIEIRA, 2007, p. 1770). Assim, a questão que se coloca é o que leva alguém a negar dada proposição, a priori, ou aceitá-la, sem boas razões que a justifiquem, e agir em conformidade com ela.

O objetivo principal deste artigo é esclarecer a importância da autopesquisa conscienciológica conduzida a partir do princípio da descrença, importante instrumento de autoconhecimento e orientação das ações humanas. Dessa forma, busca-se, especialmente, contribuir para a compreensão do fenômeno da crença, bem como para a formação da autoconvicção baseada na autoexperimentação e na autocrítica, dotada de conteúdo cosmoético e sem pretensão à certeza absoluta; e concorrer, assim, para a autoevolução, ampliação da liberdade, resolução de conflitos e a qualificação das instituições democráticas.

A primeira parte do trabalho faz referência às relações da crença com os grandes confrontos políticos, étnicos e religiosos ocorridos nos dois últimos séculos. A seguir, examina em que medida o conhecimento científico, em geral, e o econômico, em particular, apresentam características que se assemelham às crenças e aos dogmas.

A segunda parte do trabalho examina o conceito de crença e o papel que as emoções e os desejos desempenham em sua formação. O foco dessa análise é ressaltar as irracionalidades presentes nas crenças e as responsabilidades do indivíduo que as abriga.

Na terceira parte, analisa-se a importância que a autopesquisa – conduzida com base no princípio da descrença – e a lucidez do indivíduo acerca de sua realidade multidimensional podem vir a desempenhar na auto-organização crescente de seus pensamentos, sentimentos e energias, levando-o a superar conflitos, estar aberto ao debate, ser autocrítico e agir racionalmente com base nas autoconvicções. Argumentos finais são apresentados a título de conclusão.

1. CRENÇAS, IDEOLOGIAS, CONFLITOS E VIOLÊNCIAS.

A análise da história da humanidade nos dois últimos séculos mostra o quanto ainda se tem por fazer para superar as violências – entre indivíduos e entre povos – resultantes de confrontos decorrentes de crenças, dogmatismos e ideologias.

Os grandes confrontos armados de cunho ideológico ocorridos na primeira metade do século XX, bem como outros confrontos de natureza étnica e religiosa que vieram depois deles, ainda hoje presentes, marcaram esse século e a realidade atual, caracterizada, no que concerne aos seus aspectos negativos, pelo medo difuso, violências imprevisíveis, fragilidade institucional, individualismo exacerbado, desconfiança nos políticos e na política, conformismo face à hegemonia do mercado e à sua lógica, realização do desejo como prioridade, desprezo pelos fins e o interesse centrado no aqui e agora diante da incerteza quanto ao futuro.

Por trás da Primeira e Segunda Grande Guerra encontravam-se ideologias políticas apoiadas em crenças cegas, inibidoras da consciência moral e geradoras de ilusões acalentadas por uma razão instrumentalizada para esse propósito. De modo semelhante, as crenças e dogmas no âmbito da religião respondem pelos confrontos étnicos e religiosos persistentes nos dias atuais.

Conforme assinala Guillebaud (2007), dezenas de milhões de mortos resultaram do hitlerismo, stalinismo e maoísmo. Crimes foram cometidos pelas democracias ocidentais, entre os quais se incluem as guerras relacionadas ao processo de descolonização e os bombardeios de cidades matando civis. Esses fatos mostram que não se pode transferir a responsabilidade moral a sistemas políticos, econômicos ou religiosos. Essa responsabilidade cabe ao próprio homem.

Nesse sentido, cabe mencionar as referências feitas por esse autor a vários intelectuais europeus de direita e de esquerda que reconheceram os equívocos por eles cometidos ao aderirem a crenças – hoje abandonadas – expressas nas ideologias relacionadas com sistemas totalitários. Ideologias que foram decrescendo em importância, juntamente com as crenças que lhes davam suporte, deixando espaço para novas ideologias, crenças ou dogmatismos, presentes em outros campos além do político e religioso.

A análise de acontecimentos recentes revela novas relações envolvendo religião e política:

A aventura dos neoconservadores e dos fundamentalistas cristãos ou judeus de Washington comprova um confisco do cristianismo e do judaísmo por parte de uma “religião civil” americana, essencialmente política e nacionalista, e que, hoje, parece embriagar-se consigo mesma, ou seja, com a sua paradoxal imanência. (GUILLEBAUD, 2007, p.17).

Nas relações entre religião e ciência cabe mencionar a ideia de criacionismo, agora reforçada por novos argumentos, bem como o de desígnio inteligente. Segundo SIM (2010, p. 124) “Cada vez mais, o *big bang* está sendo apresentado como uma prova conclusiva do desígnio inteligente no universo, e a Igreja Católica aceita a noção de bom grado, pela razão de que algo tem de ter criado o *big bang*...”.

Não foram, entretanto, esses fatos, os que mais chamaram a atenção da sociedade no período recente. Isto ficou a cargo do fanatismo religioso e suas ações terroristas, barbáries que não devem ser tomadas como inevitabilidades resultantes das irracionalidades humanas, mas enfrentadas através de iniciativas que concorram para os esclarecimentos de suas causas e solução.

O desafio que esse tipo de violência representa para as sociedades democráticas pode ser avaliado pelas cenas que se fazem presentes nos mais variados lugares do mundo.

[...] passamos a ver homens e mulheres fazerem guerra em nome de Deus. Fanáticos brandindo a Bíblia ou a Torá, o Corão ou os Upanixades para recusar a modernidade ou justificar os próprios crimes [...] faz-se dessas ‘Escrituras’ uma leitura tão puerilmente literal que ela inflama paixões assassinas. (GUILLEBAUD, 2007, p. 14).

Ao investigar a relação entre crença religiosa e violência, Marcelo da Luz tece “considerações do porquê a ‘religião pacífica’ constitui outro mito alimentado pela fé” (LUZ, 2011, p.27). Referindo-se ao medo enquanto ferramenta de lavagem cerebral, o referido autor faz a seguinte observação: “O ex-sacerdote estadunidense Sthephen Frederick Uhl, ao analisar o processo de lavagem cerebral do qual ele mesmo foi partícipe, aponta dois fatores motivacionais ao estabelecimento da crença na santidade: medo e ambição.” (LUZ, 2011, p.177).

Se no passado as noções de crença, dogma e ideologia nos remetiam de imediato aos domínios da religião e da política, na atualidade essas noções vêm sendo também associadas à ciência.

Ao analisar o desenvolvimento científico e as formas que ele assume a partir dos séculos 16 e 17, Guillebaud (2010, p. 206) mostra que “a ideia de que a ciência experimental é capaz de oferecer uma visão completa, unificada e definitiva do mundo sensível”, consolidada no século 19, será questionada ainda nesse século, no âmbito da filosofia, e a partir do século 20 no campo da própria ciência, em função de variadas e complexas mudanças que dão origem a novas interpretações da realidade: o desenvolvimento da física quântica, a revolução cibernética, as “estruturas dissipativas” de Ilya Prigogine e o princípio de incompletude de Kurt Gödel, entre outras.

Uma transformação é ainda mais decisiva: à imagem tradicional de um sábio esforçando-se por decifrar a realidade, mas mantendo-se

fora dela, corresponde a hipótese de uma interpretação permanente entre o observador e o objeto observado. [...] Os conceitos de indecidibilidade e de incompletude indicam que a ciência não pode ter sua fonte em si mesma. O cientista, por mais que faça, toma parte nessa construção do real, com seus pressupostos, sua subjetividade, seus postulados, com as concepções e teorias que forjou, seus métodos, em suma, com suas *convicções*. (GUILLEBAUD, 2007, p. 211, grifo do autor).

Ressalte-se que a aplicação do conhecimento científico e a sua incorporação em produtos e processos estão sujeitas às determinações da política e às leis da economia de mercado vigentes nas democracias liberais, revelando as inter-relações entre a política, a economia e o desenvolvimento científico-tecnológico.

A análise dessas relações mostra que a dinâmica assumida pelo desenvolvimento capitalista levou a ciência, na atualidade, à condição de instrumento voltado para a criação de mercadorias e inovações técnicas por meio da tecnociência, caracterizando o que se denomina de racionalidade instrumental. Este fato aponta para a crescente influência da economia sobre a vida social, o que indica mudança na relação política-economia.

Economistas como Adam Smith e Stuart Mill tinham a sua atenção voltada para a formulação de políticas concretas em resposta a questões de ordem prática e não apenas teórica. Com os economistas neoclássicos, a economia assume a condição de ciência, conforme os referenciais do positivismo, distanciada da economia normativa.

O seu objetivo utilitário é a acumulação de riquezas perseguida através da eficiência na alocação dos recursos orientada pelo cálculo econômico, através de indicações do mercado, e pela formulação de políticas econômicas a partir de modelos desenvolvidos com o apoio da matemática e da estatística.

A acumulação de riquezas, em geral perversamente distribuídas, na ausência de diretrizes políticas concebidas no âmbito do Estado cujos objetivos sejam orientados para o bem-estar de todos, é fonte geradora de conflitos, violências, individualismo cada vez maior e falta de confiança entre as pessoas.

Os agentes econômicos ficam atentos ao mercado, aguardando as orientações que devem seguir. Políticas são formuladas com base nas teorias econômicas. Age-se como se as leis do mercado fossem semelhantes às leis da física e a explicação e previsão dos fenômenos econômicos gozassem da garantia que seria assegurada pelo método científico.

A complexidade dos modelos econômicos construídos com base na matemática restringe o entendimento das políticas e dos enunciados econômicos aos pesquisadores da área. Os erros frequentes de previsão econômica e a ocorrência de crises periódicas evidenciam a limitação desses modelos e teorias. Por sua vez,

o entendimento de que não existe neutralidade científica, especialmente quando se trata de ciências sociais, o caso da economia, torna sem sentido dissociar a teoria da prática e implica na responsabilidade de todos quanto à aplicação do conhecimento.

A rigor, a certeza absoluta não se faz presente em nenhuma área científica, o que não contradiz a importância do conhecimento científico, haja vista tratar-se de proposições justificadas com base na experimentação conduzida por procedimentos racionais, lógicos, compatíveis com a natureza do fenômeno investigado. Esta dinâmica conduz ao avanço do conhecimento a partir de fatos que contradizem a teoria em vigor, à medida que haja espaço para o surgimento de nova teoria que apresente explicação mais abrangente da realidade, incluindo o aspecto da mesma, responsável pela refutação da teoria anteriormente vigente.

No entanto, isto não significa ausência de debate, questionamento ou críticas, mas, ao contrário, a necessidade deles, enquanto posicionamento ético frente à ciência e instrumento de correção de erros e evitação de dogmas, os quais são usados, muitas vezes, na manutenção do poder e defesa de interesses de pessoas e grupos.

Questionar as autoridades não é prática comum entre as pessoas, menos ainda quando se trata da autoridade religiosa ou científica. Por sua vez, autoridade, poder e prestígio caminham juntos e quem os possui tende a querer preservá-los e a usá-los conforme seus valores, interesses e crenças passíveis de serem transformados em dogmas.

Daí a importância dos questionamentos e debates de ideias nos diferentes campos de atividades humanas a fim de se combater e evitar posturas dogmáticas, contribuindo para o enfrentamento dos novos desafios com que se defronta a humanidade. Essa postura torna-se mais relevante quando se trata de política econômica por envolver decisões políticas que se buscam impor a partir de argumentos cientificistas.

Judt (2010, p. 150-151) ilustra essa situação com a seguinte observação:

Mesmo hoje em dia a maioria das pessoas tem opinião formada sobre ações militares e preconceitos raciais. Na arena da política econômica, porém, os cidadãos das democracias atuais desenvolveram um recato exagerado. Somos informados de que [...] a economia e suas consequências políticas estão muito além da compreensão do homem comum [...] Poucos “leigos” se dispõem a desafiar o ministro da Fazenda ou especialistas que o assessoram em questões econômicas. Quando fazem isso, recebem como resposta – semelhante à que um padre medieval daria a seu rebanho – que não precisam se preocupar com essas questões. A liturgia precisa ser entoada numa língua obscura, acessível apenas aos iniciados. Para o resto, basta ter fé [...] Os imperadores da política econômica [...] estão nus. Contudo, como muitos observadores há muito compartilham suas preferên-

cias de vestuário, eles não se encontram em posição favorável para objetar. Precisamos reaprender a criticar a quem nos governa. Mas para fazer isso com credibilidade precisamos nos livrar do círculo vicioso do conformismo ao qual, assim como eles, estamos presos.

O fato é que na maioria dos países, ainda que em níveis variáveis, conforme os lugares e culturas, a atitude da mídia, de especialistas e das pessoas em geral para modificar essa realidade tinha sido inexpressiva. É como se a decepção e desconfiança generalizada nas instituições políticas levassem as pessoas, conforme os seus valores e condições socioeconômicas, ao conformismo, organização de grupos voltados a questões pontuais ou ao encontro do mercado como espaço de realização pessoal, fruto de um individualismo exacerbado.

Essa desconfiança reflete, em parte, o fato de as formas de representação política vigentes nas democracias liberais não responderem aos interesses da coletividade, sendo utilizadas na defesa de interesses de indivíduos e grupos. Isto porque as ações implementadas na esfera estatal, espaço por excelência da ação política, são conduzidas por políticos e refletem as crenças, interesses e valores que os orientam em suas decisões.

Cada vez mais as relações entre pessoas são mediadas pelo mercado, refletindo não os valores de pessoas relativamente autônomas, autoconscientes de si mesmas, mas de consumidores que tendem a aceitar os ditames das coisas desejadas. Isto vale também para os políticos, o que faz com que a maioria deles tenda a submeter-se cada vez mais ao poder econômico e à busca de prestígio e posição, devido à influência crescente da economia e todas as suas formas simbólicas de expressão sobre a vida social.

O que se constata no processo político com base no noticiário nacional e internacional não é a prevalência de acordos visando o bem-estar da coletividade, mas a tendência às alianças espúrias e autocorrupções voltadas para os interesses de grupos e preservação do poder.

As manifestações sociais que eclodiram recentemente no Brasil apontam para a urgência na construção de novos instrumentos e processos na área política e social que possam fazer face aos grandes desafios postos à humanidade, tais como desigualdades sociais, belicismo, questão ambiental, uso do espaço público, corrupção, entre outros.

Outro fator que pode contribuir para a desconfiança nas instituições políticas é a dificuldade das pessoas de visualizar como proceder à crítica de políticas econômicas ou técnico-científicas em razão da complexidade e especialização das mesmas.

Essas dificuldades foram atenuadas com o surgimento de organizações sociais atuantes em várias áreas do espaço público, reunindo pessoas de diversas áreas de conhecimento comprometidas com a produção de ideias, e também com as suas aplicações e conteúdo ético. As questões ambientais, por suas repercus-

sões no planeta e por seu caráter multidisciplinar, têm favorecido a criação dessas organizações. Ressalte-se que esse é um tema cujo debate de ideias se faz presente nos centros acadêmicos, instituições de pesquisa, parlamento e junto ao público em geral.

Este fato mostra a importância das organizações sociais para a efetividade da ação individual, não se devendo perder de vista o papel central desempenhado pelo Estado no ordenamento político e financiamento das atividades econômicas, sociais e técnico-científicas de um país.

Ressalte-se que a teoria do aquecimento global, hoje dominante, é questionada por alguns cientistas ligados a essa área, os quais afirmam que os dados usados nessa teoria são passíveis de outras interpretações como a de que as mudanças ocorridas fazem parte do ciclo natural da terra (SIM, 2010, p. 19). Como se vê, tudo depende dos modelos utilizados, dos pressupostos que os orientam e da qualidade dos dados neles usados.

Nessa disputa não deixa de haver grandes interesses envolvendo pessoas – credibilidade acadêmica de pesquisadores e obtenção de recursos para pesquisas – e empresas multinacionais cujas atividades têm grande impacto sobre o meio ambiente, levando-as a financiar pesquisas sobre o tema.

Na área da filosofia da ciência, Popper, através do racionalismo crítico, assume uma atitude ética diante da possibilidade de conhecimento ao rejeitar qualquer forma de dogmatismo ou atitude de certeza absoluta em relação a uma proposição ou teoria, por reconhecer o caráter falível do conhecimento científico.

No campo do direito positivo, a aplicação do “princípio da precaução” é um exemplo do papel importante de iniciativas com conteúdo ético na defesa do meio ambiente e na formulação e execução da política científica e tecnológica.

Ele [o princípio da precaução] obrigou a fazer prevalecer sistematicamente a ‘precaução’, isto é, a abstenção quando um risco é possível, mesmo que a natureza desse risco ainda não seja conhecida [...] O princípio da precaução tende a, no mínimo, substituir o *projeto* pela *prudência*. Quanto ao Bem, ele escolhe trocá-lo por um conceito ao mesmo tempo mais modesto e menos mobilizador: o do mal menor. (GUILLEBAUD, 2007, p.88 – 89, grifo do autor).

Constata-se, portanto, que dentro da própria ciência há várias interpretações, dúvidas, debates e controvérsias que, juntamente com outros fatores, conduzem ao predomínio de uma das teorias em disputa.

Esta possibilidade está sempre aberta à medida em que não há critério que garanta a universalidade de um enunciado e a sua validade geral. Não há certeza absoluta. O que cabe às pessoas é um posicionamento ético face à realidade, à verdade, buscando por meio do uso do discernimento, coragem e autoconsciência, embasados na experiência pessoal, assumir as autoconvicções e reexaminá-las sempre que a dúvida surgir.

As crenças e dogmas continuam presentes nos mais diferentes domínios de pensamento, por razões as mais diversas, carregando consigo a busca pela manutenção de poder, ilusões e a possibilidade permanente da irrupção de irracionalidades e conflitos em um cenário em que a velocidade e o impacto dos acontecimentos são cada vez maiores face à *globalização* e ao desenvolvimento da *tecnociência*.

A pergunta que se coloca é como enfrentar esses desafios, bem como formar autoconvicções tendo por base a autoexperimentação, sustentada pela auto-crítica, auto coerência, exame dos fatos, abertura ao diálogo e à heterocrítica, sem se deixar autoenganar ou autocorromper por influência das emoções e interesses que a acompanham.

Antes de se examinar essa questão, cabe analisar a noção de crença, a influência que a mesma exerce sobre as ações e os fatores responsáveis por sua formação e resistência.

2. CRENÇA, DESEJO, EMOÇÃO E AUTOCONVICÇÃO.

Ao investigar a natureza da crença, Guerreiro (1997, p. 1, grifos do autor) analisa contribuições de vários estudiosos do tema, no contexto da filosofia analítica, destacando três concepções concernentes ao status ontológico da crença: “como **ocorrência consciente**, como **disposição** e como **estado**”. A primeira concepção, atribuída a David Hume (1711 – 1777), mostra-se apropriada a uma situação em que um indivíduo tem uma crença presente na sua consciência; entretanto ela se mostra limitada quando se trata de compreender crenças abrigadas na memória que, embora não se manifestem em determinado momento, podem manifestar-se em outro mais à frente.

Enquanto a segunda concepção vê a crença como disposição para a ação, desconsiderando os conteúdos de consciência, a terceira dirige a atenção para uma condição na qual determinado indivíduo manifesta uma especial atitude proposicional, o que significa dizer que esse indivíduo encontra-se em um estado que perdura enquanto ele mantiver tal crença. Nessa perspectiva, não é necessário que o indivíduo esteja consciente de que possui tal crença, pois um indivíduo pode encontrar-se em determinado estado sem a sua atenção estar convergindo para o mesmo. Esta situação ocorre, por exemplo, quando se faz algo de modo automático sob o comando de determinada crença sem que se esteja consciente de tal fato. (GUERREIRO, 1997, p. 2-3).

Crenças importantes ou irrelevantes estão presentes no cotidiano das pessoas. Além das crenças obtidas através de generalizações empíricas construídas com base no raciocínio indutivo, ocorre também de várias pessoas acreditarem em alguma proposição apenas por ouvi-la de um professor, da mídia ou de uma autoridade em qualquer área de conhecimento. Obviamente que em um mundo

de tamanha complexidade, a velocidade com que conhecimentos e informações circulam e são gerados através de especializações crescentes inviabiliza qualquer tentativa de investigações mais profundas sobre as evidências e a consistência lógica de proposições acerca de estados do mundo a que se tenha acesso.

Entretanto, o que chama a atenção é o fato de se conferir adesão à dada proposição, dar-lhe credibilidade sem submetê-la, minimamente, à crítica, ao exame de sua coerência com base em experiências e informações que se possua sobre os estados de coisas a que elas se referem ou a que se possa ter acesso. Conhecer a natureza da crença implica em se compreender as razões que levam a esse tipo de atitude, o que leva alguém a acreditar ou desacreditar em algo.

Guerreiro constata que Hume já chamara a atenção para essa questão ao se fazer a pergunta: “Onde está a diferença entre acreditar em uma proposição ou desacreditar desta mesma?”. Ele entende que o empirismo radical de Hume o impediu de buscar uma resposta satisfatória para a questão que formulara, não considerando que “Uma das possíveis respostas seria: acreditar em uma proposição consiste em **aderir a uma proposição** [independentemente de ela ser verdadeira ou falsa, plausível ou implausível, possível ou impossível etc.] e desacreditar de uma proposição é **não aderir a uma proposição** [independentemente do seu conteúdo significativo].” (GUERREIRO, 1997, p. 18, grifos do autor).

Sam Harris, no livro *A morte da fé*, alerta para o perigo representado pelas crenças religiosas, salientando o seu componente dogmático. Ele destaca o papel desempenhado pelas crenças nas ações humanas, afirmando que as crenças das pessoas “definem a sua visão do mundo”, “ditam o seu comportamento” e “determinam as suas respostas emocionais para com outros seres humanos” (2009, p.10).

Ao se referir às crenças adotadas conscientemente pelas pessoas, ele esclarece estar tratando de crenças comunicadas, e adquiridas, linguisticamente. Nesse sentido, é importante ressaltar a sua observação quanto à relevância das palavras quando se acredita em determinado enunciado: “Uma vez que você acredita, elas [as palavras, o enunciado] tornam-se parte da estrutura da sua mente, definindo seus desejos, medos, expectativas e comportamentos subsequentes” (2009, p. 11).

Embora reconhecendo que não tem ideia sobre “o que um cérebro deve fazer a fim de acreditar que uma dada afirmação é *verdadeira* ou *falsa*”, ele afirma que as crenças “seja lá o que forem em termos cerebrais, são processos pelos quais o nosso entendimento do mundo (seja correto ou equivocado) é representado e disponibilizado para orientar o nosso comportamento” (HARRIS, p. 57 – 59, grifo do autor).

Nada impede ao indivíduo aceitar dada proposição, não obstante as evidências, provas científicas e fatos que lhes são contrários. Apoiada em estudos empíricos desenvolvidos pela psicologia social, a hipótese da irracionalidade motivada concebe esse tipo de atitude enquanto resultado da influência que as

emoções podem exercer sobre o processo de construção da crença. A partir dessa hipótese, “os desejos e as emoções do sujeito irracional deixam portanto de aparecer como *pretensas razões* para adotar determinadas crenças de forma *intencional* e passam a aparecer simplesmente como *causas irrefletidas* das crenças ilusórias do sujeito” (CORREIA, 2010, p.284, grifos nossos).

Nessa hipótese estão implícitas duas concepções:

- α A concepção motivacional: os desejos e as emoções aparecem como causas irrefletidas das crenças ilusórias do sujeito;
- β A concepção intencional: os desejos e as emoções do sujeito irracional aparecem como pretensas razões para o sujeito adotá-las de forma *intencional*. Os casos de irracionalidade que ocorrem no plano da ação também são explicados por essas duas concepções, formuladas com vistas à explicação dos fenômenos de autoengano e acrasia.

Essas considerações trazem à tona a responsabilidade que cabe aos indivíduos por suas crenças e a influência que as emoções e os desejos exercem sobre elas. A responsabilidade de cada indivíduo por seus atos é tanto maior quanto mais eles repercutem sobre outras pessoas. A substituição de uma crença por outra, sem que tal atitude seja orientada por questionamentos, exame dos fatos, racionalidade e autocrítica, não responde ao desafio que consiste em orientar as nossas ações por valores éticos, com base em autoconvicções racionais comprovadas por vivências pessoais e atualizadas sempre que a situação assim o exigir.

Esse posicionamento exige de cada indivíduo a compreensão de suas crenças e dos conflitos que existem por trás delas, envolvendo os desejos, as emoções, a razão e a vontade, ou seja, exige o conhecimento de si mesmo. É indispensável que cada indivíduo realize os esforços necessários ao entendimento desses mecanismos a fim de que suas ações sejam fruto da racionalidade, motivadas por valores morais, assentadas nas experiências pessoais, cada vez mais isentas de distorções provocadas pelas emoções.

A diferença de atitude frente à realidade reflete a maturidade consciencial de cada pessoa, a qual deve ser respeitada. Considere-se o exemplo citado por CORREIA (2010, p.278), ao analisar a explicação para o autoengano, “de um pai que perdeu o filho num naufrágio e que persiste em acreditar que o seu filho ainda pode estar vivo, embora tudo leve a crer o contrário”. Nesse caso, “a crença injustificada se pode revelar extremamente útil do ponto de vista prático, evitando, por exemplo, que o pai em questão entre numa profunda depressão ou chegue mesmo a cometer um ato de desespero” (CORREIA, 2010, p.278). Qualquer tentativa de persuadir o indivíduo quanto à falta de justificação de sua crença será infrutífera ou prejudicial ao mesmo, enquanto ele não for capaz de compreender os fatos por si mesmo.

A crença não está dissociada da autopercepção e da percepção do mundo. Portanto, a sua compreensão exige uma reflexão sobre as vivências de quem as tem, condição que remete à pesquisa das percepções, dos estados conscienciais, de como se dá o processo cognitivo na intraconsciencialidade. Enfim, a compreensão da crença passa pela pesquisa da consciência.

Daí a complexidade do seu estudo, como de qualquer fenômeno característico dos estados mentais. Por um lado, a crença mostra-se como fenômeno privado acessível a quem a vivencia, por outro, ela aparece como fenômeno social explicitada através da linguagem. Juntos, a vivência do fenômeno e a linguagem que a torna pública constroem a ponte entre crença e conhecimento, tendo como horizonte a realidade e a verdade.

Essa tarefa, certamente, não pode ser realizada de maneira satisfatória apenas através de pesquisas conduzidas com base em informações de segunda ordem, conseguidas por meio de relatos obtidos de quem vivencia os fenômenos. A autopesquisa apresenta-se, nesse e em outros casos, como abordagem relevante para a compreensão do fenômeno.

Nesse sentido, cabe ressaltar a importância para o estudo da consciência de atividades como a introspecção, a autorreflexão e a indução de estados conscienciais cujas vivências e memórias podem ser conduzidas racionalmente e submetidas à auto e heterocrítica, bem como ao confronto com os fatos.

Para isto, entende-se ser fundamental ao indivíduo ampliar a sua autoconsciencialidade e manter a lucidez a fim de obter um crescente domínio de suas emoções. Esta tarefa remete à autopesquisa numa perspectiva multidimensional e aos pressupostos e princípio que a orientam.

3. AUTOPESQUISA CONSCIENCIOLÓGICA E AUTOCONVICÇÃO

3.1 O princípio da descrença como fundamento da autopesquisa conscienciológica

As considerações desenvolvidas anteriormente buscaram mostrar a importância que a lucidez do indivíduo acerca de sua realidade consciencial pode vir a desempenhar no domínio crescente de suas emoções, contribuindo para a evitação do autoengano e da autocorrupção. Este processo envolve as autopercepções, a autoconsciência e a análise das próprias vivências, gerando as condições para que as decisões sejam tomadas com base em autoconvicções racionais, fruto da autoexperimentação, autocrítica e auto coerência.

Essa mudança no modo de pensar, sentir e agir das pessoas poderá contribuir para a superação de esquemas mentais ultrapassados, incompatíveis com as conquistas já realizadas em vários domínios do conhecimento, evitando-se irracionalidades responsáveis por grandes tragédias, conflitos entre povos e o vazio

que toma conta das pessoas, assumindo, às vezes, a forma de posturas alienantes e autodestrutivas.

A Conscienciologia tem por objeto de pesquisa a consciência. A projeção consciente – estado consciencial caracterizado pela percepção peculiar de se ter o centro da consciência fora do corpo mais denso, atuando em outras dimensões, através de outros veículos mais sutis – é autorreveladora de nossa realidade multidimensional. O termo multidimensionalidade refere-se ao conjunto das múltiplas dimensões coexistentes, incluindo, além da dimensão material, dimensões extrafísicas de natureza energética (VIEIRA, 1999; 2002).

O paradigma consciencial é o modelo que, a partir da projeção da consciência e a constatação de sua natureza multidimensional e multiexistencial, estabelece os pressupostos e os conceitos básicos da autopesquisa, bem como possibilita o desenvolvimento de técnicas e experimentos evolutivos com base nos quais são formuladas e testadas hipóteses acerca dos fenômenos conscienciais.

A autopesquisa é vivenciada no dia a dia pelo autopesquisador a partir das próprias manifestações e reflexão sobre elas, podendo ser conduzida por experimentos realizados em ambientes otimizados, apoiados nas técnicas de pesquisa conscienciológica. A realidade multidimensional exige, mais do que em qualquer outra área de conhecimento, atitude crítica em relação aos fenômenos observados, às autovivências registradas e aos relatos partilhados entre autopesquisadores.

A complexidade dessas experiências, o fato de serem privadas, acessíveis a quem as vivencia, exige maior rigor por parte do autopesquisador, não permitindo a aceitação de algo sem autocrítica e reflexão mais prolongada. A autopesquisa exige, acima de tudo, sinceridade, autenticidade, atitude cosmoética – ética cósmica, multidimensional – vivenciada a partir do discernimento máximo, orientado para a aplicação dos preceitos morais intrínsecos às leis da evolução consciencial.

A universalidade do experimento científico na física é viabilizada pelo uso de instrumentos de observação e medição dos fenômenos, ou seja, da percepção mediada por tais instrumentos, tornando os fenômenos acessíveis a qualquer pessoa interessada e explicáveis por teorias e conceitos indissociáveis dos referidos instrumentos. Em outras palavras, a percepção, explicação e leitura dos fenômenos pela maioria dos profissionais são condicionadas pelos instrumentos e técnicas de pesquisa e, portanto, pelos conceitos e teorias a partir dos quais esses instrumentos e técnicas foram concebidos.

Uma nova teoria é concebida por algum pesquisador a partir de suas hipóteses – quaisquer que sejam as suas origens – e, ao buscar demonstrá-las, formula conceitos e teorias, podendo desenvolver instrumentos e técnicas a fim de ampliar as percepções, as observações, mensurar os fenômenos e torná-los acessíveis aos profissionais da área, viabilizando a replicabilidade dos experimentos e o enunciado de leis gerais.

Tais procedimentos indicam que o conhecimento, a apreensão da realidade, pelo pesquisador criativo, reflete a singularidade consciencial, as percepções do sujeito e as experiências pessoais traduzidas de início na forma de conjecturas, para depois, por meio de conceitos, teorias, técnicas e instrumentos de observação e medição dos fenômenos, serem submetidas a provas, replicadas e generalizadas até que surja nova teoria.

Não existe, portanto, oposição entre autopesquisa e heteropesquisa. A ausência de instrumentos, não permitindo, ainda, em dado momento, a replicabilidade e o acesso generalizado às teorias concebidas através da autopesquisa, conduzida por meio de técnicas e autoexperimentações com base nas quais são formuladas e testadas hipóteses acerca dos fenômenos conscienciais, passíveis de serem partilhados por meio da linguagem, não deve ser motivo para a recusa da autopesquisa sob a acusação de falta de objetividade científica.

Ao contrário, deveria suscitar abertura dos cientistas às técnicas de pesquisa da consciência capazes de proporcionar, por meio das parapercepções, acesso direto aos fenômenos, possibilitando testar, através da autoexperimentação, as hipóteses concebidas sobre os mesmos. Esse procedimento ajudaria nos esforços que possam ser realizados visando à criação de instrumentos para tornar esses fenômenos perceptíveis e mensuráveis, de modo a atender aos critérios de experimentação científica e validade de seus resultados.

Portanto, para quem teve, ou não, experiências projetivas espontâneas, o recurso às autoexperimentações, a partir de técnicas voltadas para esse objetivo, seria o primeiro passo para o exame, questionamento e investigação desse fenômeno, antes de qualquer atitude apriorista de negação ou aceitação da realidade multidimensional.

O exame minucioso das experiências, as reverificações, a coerência entre os acontecimentos, é tarefa permanente na autopesquisa conscienciológica, a qual tem por princípio basilar o “princípio da descrença”. Este é definido como “a proposição fundamental e insubstituível da abordagem da Conscienciológica às realidades, em geral, do Cosmos, em qualquer dimensão, recusando a consciência pesquisadora e refutadora todo e qualquer conceito de modo apriorista, dogmático, sem demonstração prática ou reflexão demorada, confronto da causalção, lógica e a plenitude da racionalização pessoal” (VIEIRA, 2007, p. 1769).

Este princípio é de fundamental importância para autopesquisa conscienciológica, estando implícito nele o posicionamento cosmoético a ser assumido pelo autopesquisador em sua investigação, ou seja, a autocrítica em relação à realidade percebida e à verdade relativa passível de ser acessada – correspondente a tal percepção – bem como abertura à heterocrítica e questionamentos.

A autopesquisa da consciência surge como processo natural em que indivíduos buscam compreender fenômenos por eles vivenciados, compartilhados pela linguagem, de modo racional, sistemático, a partir de conceitos, hipóteses, teorias

e autoexperimentações. Estes procedimentos refletem as conquistas alcançadas ao longo do tempo no estudo dos fenômenos conscienciais, que, de início, correspondiam a meros relatos feitos numa linguagem limitada condicionada às crenças e a valores da época.

A singularidade dos fenômenos e sua complexidade exigem da autopesquisa conscienciológica, mais do que a pesquisa em qualquer outra área, uma postura crítica, de não aceitação das primeiras impressões, senão como ponto de partida para uma investigação mais criteriosa, de modo que a adesão a qualquer proposição seja feita com base em boas razões. Não há, portanto, na abordagem conscienciológica, uma postura de convencimento, adesão permanente às proposições aceitas, mas, ao contrário, de incentivo à crítica permanente, atenção aos fatos e uso do discernimento.

Vieira (2010, p. 1770) ressalta a singularidade das Instituições Conscienciocêntricas quando se refere ao fato de elas ostentarem “*o princípio da descrença*, explicitado sem rodeios, dirigido a todas as pessoas, exposto, bem visível, qual *banner*, nas dependências da Instituição, destacado nos textos dos livros e redigido com esta redação: – Não acredite em nada, nem mesmo nas informações fornecidas por esta Instituição. O inteligente é fazer pesquisas pessoais, repetidas e autocríticas sobre os temas sob análise”.

Diante de tais características, a autopesquisa conscienciológica credencia-se como abordagem adequada ao estudo dos mecanismos intraconscienciais que atuam na formação da crença, abrindo espaço para a autoconvicção formada a partir do princípio da descrença.

3.2 Autorreducação pensênica

Segundo a Conscienciolgia, consciência e energia são os elementos constituintes do Universo. O pensene é a unidade de manifestação da consciência constituída pela reunião de três elementos indissociáveis: pensamento, sentimento e energia (VIEIRA, 1994, p. 388-402).

A consciência, enquanto objeto de conhecimento, é representada pelos pensenes que ela manifesta. Enquanto realidade subjetiva, sujeito do conhecimento, é autoconsciência, capacidade de conhecer, refletir sobre a sua própria manifestação e decidir cada vez mais sobre ela através da vontade, intencionalidade e auto-organização (atributos conscienciais). Vê-se, aí, a importância central desempenhada pelo pensene na autopesquisa conscienciológica.

A consciência utiliza-se de corpos (VIEIRA, 1999), substratos individualizados, para manifestar os pensenes. Esses corpos guardam correspondência com os elementos dos pensenes, e o seu progressivo domínio pela consciência torna-a cada vez mais livre no que concerne a sua manifestação. Esse processo ocorre em

função das propriedades e características desses corpos, instrumentalizados com vistas à autoevolução.

A consciência de algo implica em uma relação com aquilo de que se tem consciência: relação com as energias, outras consciências e da consciência consigo mesma, ou seja, com os autopensenes, na condição de sujeito do conhecimento – autoconsciência.

Ao se manifestar, a consciência atua não apenas na condição de sujeito do conhecimento, mas também na condição de quem faz uso da vontade, intencionalidade, auto-organização, memória, cognição, juízo crítico, entre outros atributos, e dos corpos que utiliza em sua manifestação. Assim, denomina-se conscin – consciência intrafísica – a essa personalidade integral, atuante na dimensão física. Num sentido abrangente, conscin pode significar pessoa, indivíduo ou sujeito.

A conscin qualifica os autopensenes ao ampliar a autoconsciencialidade pelo acesso a níveis mais elevados de autoconsciência passíveis de serem alcançados através de experiências capazes de ampliar as parapercepções da realidade e as faculdades cognitivas necessárias à sua compreensão.

A rigor, ao entrar numa relação com determinada realidade, a conscin já entra nessa relação pensenizando, não se tratando mais, apenas, da realidade em si, mas desta mediada pelos pensenes da conscin que interage com as energias do objeto que busca apreender. Esse modo de se relacionar com o objeto exige da consciência o uso do discernimento máximo, autocrítica e eficácia cognitiva (ausência de distorções resultantes de influências emocionais, falta de atenção etc.), a fim de conhecer os mecanismos e fatores que condicionam suas reações diante de estímulos externos e da própria autopensenização, contribuindo para uma aproximação cada vez maior com a realidade. Para esse propósito, concorre o domínio das energias e o desenvolvimento do parapsiquismo (parapercepções). Por sua vez, a vontade e a qualidade da intenção, juntamente com o discernimento, respondem pelo conteúdo cosmoético das ações da conscin.

O ato de pensenizar, resultante das relações da consciência com o ambiente, outras consciências e consigo mesma, gera pensenes de variados tipos, conforme o componente predominante: o pensamento, o sentimento ou a energia.

A autopensenização tende a levar à consolidação de autopensenes caracterizada por respostas semelhantes a estímulos que se repetem diante das mesmas situações ou necessidades, refletindo-se nos corpos de manifestação da consciência, interagindo, especialmente, com os processos cerebrais e assumindo a forma de hábitos, integrados à intraconsciencialidade da conscin. Os traços conscienciais manifestos nos comportamentos das pessoas são expressões desse processo.

A reeducação pensênica e aperfeiçoamento desses traços constituem momentos de um único processo sintetizado pela ampliação da autoconsciencialidade. Concorrem para esse processo: a qualidade da intenção, a vontade, o au-

todiscernimento e o destemor cosmoético. Por sua vez, as emoções, o egoísmo exacerbado, a intolerância, a acriticidade e o medo atuam em sentido contrário.

As emoções e os desejos exercem uma forte influência na autopenalidade e no comportamento da pessoa. Numa determinada situação em que alguém sente-se tomado pelo medo, ao se defrontar (relacionar) com determinada realidade, o seu esforço tende a ser canalizado para a fuga ou enfrentamento dessa situação, conforme o nível de sua percepção, desempenho cognitivo e capacidade de discernimento, bem como do domínio de suas energias. Essas operações em conjunto são sintetizadas no juízo de valor que a consciência forma em relação à atitude que necessita tomar.

Quanto mais desenvolvidas essas faculdades, maior a capacidade de a conscin identificar as influências desencadeadas pela emoção sobre a sua autopenalidade e adotar condutas adequadas às suas necessidades evolutivas. A síntese desse processo, representada pelo juízo que a consciência constrói e torna efetivo por meio de ações racionais, traduz-se na forma de ortopenses e concorre para o aperfeiçoamento dos traços conscienciais.

A análise e superação dos conflitos pessoais internos ou externos são instrumentos importantes para a compreensão e formação das próprias convicções, evitando a adesão a crenças irracionais e as ações que elas acarretam. A tentativa de impor a crença ao outro, situação típica do fanatismo, é geradora de conflitos externos e violências. Por sua vez, essa atitude revela também um conflito interno, caracterizado pelo desejo de que o outro acredite naquilo em que se crê.

Conflitos intraconscienciais surgem quando, diante de dadas situações, comportamentos decorrentes de autopenenses consolidados, mas ultrapassados (crenças), chocam-se com o entendimento atual que se tem dessas situações, proveniente da crítica e exame dos fatos. Os conflitos tendem a permanecer até que a pessoa reedue os autopenenses que condicionam a pessoa a repeti-los.

A permanência dos conflitos ocorre por insegurança emocional, medo, conformismo ou autocorrupção, cristalizados na forma de autopenenses, levando o indivíduo a não enfrentar as mudanças demandadas pela própria razão e, às vezes, a transformar conflitos íntimos em conflitos externos.

Nessas circunstâncias, há uma forte pressão para a manutenção de ideias, comportamentos e hábitos anacrônicos, evolutivamente ultrapassados, reforçados pela acriticidade e pelos valores dominantes nos grupos a que se pertence, ou seja, na sociedade. A tendência é se “optar” pelo caminho mais fácil, resistir às mudanças, não abrir mão de ideias e valores incorporados à intraconsciencialidade, ao invés de acolher o novo, enfrentar a realidade e agir em conformidade com o entendimento atual do que é correto.

Entretanto, no confronto entre emoção e razão, em algum momento do percurso evolutivo, a razão se impõe pela vontade mobilizada com vistas à reeducação pensênica.

A aceitação de algo, irrefletidamente, revela algum tipo de experiência, direta ou indireta, presente ou passada, ou seja, o mecanismo pelo qual a pessoa penseniza e os pensenes consolidados.

Reeducar os pensenes implica em dotá-los de conteúdo cosmoético, ou seja, gerar ortopenses, agir em conformidades com os valores pessoais cosmoéticos. Exige autodiscernimento e coragem para reciclar valores, adequando-os às novas verdades relativas de ponta – verpons.

Assim, o uso do livre arbítrio da conscin com vistas à realização dos seus valores cosmoéticos (intencionalidade cosmoética), superando os impulsos em sentido contrário de estruturas (pensene-holossoma) já existentes, deve contar, para o seu êxito, com a autocrítica dos valores e o autodiscernimento máximo, moral, sendo, para isto, decisivo o domínio energético e o desenvolvimento do parapsiquismo. Daí a importância das convicções formadas a respeito da própria realidade, das prioridades existenciais, da evolução e dos princípios cosmoéticos que lhes são subjacentes.

É esse processo que possibilita a pessoa a sair de si, ver-se na perspectiva multidimensional, ampliar a autoconsciencialidade, dar-se conta dos múltiplos egos e da falta de sentido no apego a qualquer um deles, assumindo com coragem os valores e posturas pessoais mais adequados ao atual momento evolutivo.

4. ARGUMENTOS CONCLUSIVOS.

As reflexões desenvolvidas ao longo deste artigo permitem concluí-lo com os seguintes argumentos:

1. Aspectos fundamentais no estudo da crença são a identificação e compreensão dos fatores responsáveis por sua formação, condição necessária à substituição da crença pela autoconvicção vivenciada. Para isto, é importante estar lúcido quanto aos autopenses e compreender as relações existentes entre esses e os veículos de manifestação da conscin. A autopensenização e as ações da conscin são condicionadas por essas relações.

2. Este processo não pode ser estudado apenas com base em métodos e técnicas científicos que descartam o uso de técnicas de autopesquisa propiciadoras da investigação de fenômenos intraconscienciais e de comportamentos a eles associados.

3. Para a compreensão do fenômeno da crença, não basta reflexão, sendo, portanto, necessária a autoexperimentação, bem como a autopercepção energética e autolucidez pensênica.

4. Neste sentido, a autopesquisa conscienciológica surge como abordagem capaz de oferecer ao autopesquisador técnicas que lhe permitem, pelo autoesforço, conhecer a sua realidade multidimensional e promover, por meio da vontade cosmoética, o aperfeiçoamento de sua autopensenização, ampliando cada vez mais a autoconsciencialidade.

REFERÊNCIAS

- GUILLEBAUD**, Jean-Claude. *A força da convicção*. Rio de Janeiro: Bertrand Russel?, 2007.
- HARRIS**, Sam. *A morte da fé. Religião, terror e o futuro da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- JUDT**, Tony. *O mal ronda a terra. Um tratado sobre as insatisfações humanas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- LUZ**, Marcelo da. *Onde a religião termina*. Foz do Iguaçu: Editares, 2011.
- SIM**, Stuart. *Impérios da crença*. São Paulo: edições Loyola, 2010.
- VIEIRA**, Waldo. *700 Experimentos da Conscienciologia*. Rio de Janeiro: IIP, 1994.
- VIEIRA**, Waldo; *Projeciologia. Panorama das Experiências da Consciência Fora do Corpo Humano*. 4ª Ed. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: IIPC, 1999.
- VIEIRA**, Waldo. *Projeções da consciência. Diário de experiências fora do corpo físico*. Rio de Janeiro: IIPC, 2002.
- VIEIRA**, Waldo. *Enciclopédia da Conscienciologia (Verbete Princípio da descrença)*. Foz do Iguaçu, PR; 2010.

Infografia

CORREIA, Vasco. Os limites da racionalidade: autoengano e acrasia. *Disputatio*, Vol. III, Nº 28, Maio de 2010. Disponível em <http://disputatio.com/archive.php>. Acesso em 31.10.2012.

GUERREIRO, Mario A. L. *A natureza da crença*. 4º Encontro de Filosofia Analítica, Florianópolis, 1997. Disponível em <http://www.ifcs.ufrj.br/cefm/textos/GUERREIRO.DOC>. Acesso em 15.10.2013.

Márcio Alves é professor universitário, doutor em Economia Rural (Université de Montpellier I), mestre em economia e sociologia rural (ESALQ-USP), pós-graduado em Planejamento e desenvolvimento agrícola (Centre International de Hautes Études Agronomiques Méditerranéennes, CIHEAM, França) e graduado em Agronomia (UFRPE). Voluntário da Conscienciologia desde 1994 e docente em Conscienciologia desde 1996.

E-mail: alves.marcio17@gmail.com